

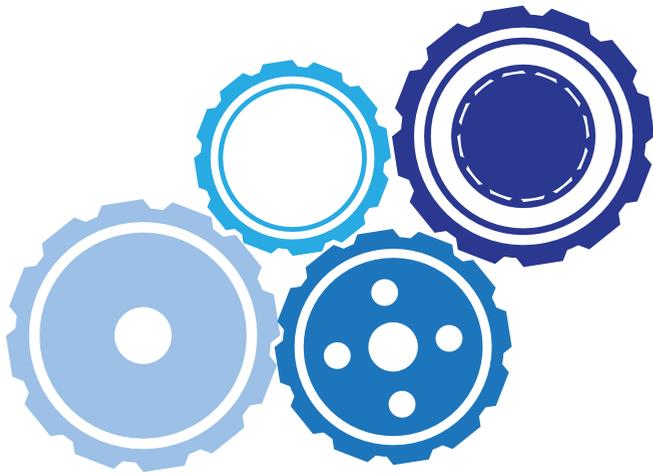


**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Conselho de Altos Estudos e
Assuntos Estratégicos

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O NÚCLEO DAS REPRESENTAÇÕES DE PROFISSIONAIS DO PACTO PELO PECÉM

**Auditório do Complexo das Comissões da
Assembleia Legislativa do Estado Ceará
02 de agosto de 2012**



Pacto Pelo Pecém

PARTICIPANTES

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
LAKES ENV. CONSULTORIA - CANADÁ
TSM-CE

PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO
José Silveira Santos	CREA-CE
Claúdio Montenegro	CRWHCC
Jesse Thé	LAKES ENV. CONSULTORIA – CANADÁ
Inah M. De Abreu	OAB-CE
Mary Lucia Andrade Correia	OAB-CE
Nilbio Thé	TSM-CE

1. RESUMO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Deputado Lula Moraes, e pela Secretária do CAEAE, Dra. Rosana Garjulli, que apresentaram o objetivo da reunião, agradeceram as presenças e fizeram as devidas justificativas do atual momento com relação ao recesso na Assembleia e afastamento provisório dos membros que se encontram envolvidos nas campanhas municipais.

Após informar aos participantes o afastamento, a pedido, do Secretário Eudoro Santana, a Secretária em exercício passou a condução dos trabalhos para o facilitador Francisco Carlos Bezerra e Silva – Cacá, que deu condução aos trabalhos a partir da apresentação dos presentes.

Em seguida cada uma das representações dos organismos profissionais presentes fez uma apresentação de sua reflexão sobre o CIPP a partir do questionário proposto. O resumo das apresentações encontra-se em anexo a este relatório e, no corpo deste, algumas complementações feitas por ocasião das apresentações.

Concluídas as apresentações, a reunião foi conduzida de modo a buscar identificar uma visão consensual da situação do CIPP sob a ótica das representações profissionais, o que se encontra resumido no item 2 deste relatório.

2- DESTAQUES NA APRESENTAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS

OAB – A instituição percebe oportunidades de negócios para o setor do direito (mediação de conflitos entre outros). Manifestou preocupações com a situação do turismo na região e criticou a ausência de participação da sociedade civil no Conselho Gestor do CIPP. Manifestou uma percepção de que o Complexo está sendo pensado apenas pelos aspectos econômicos e de infraestrutura e não considera os demais aspectos (sociais, ambientais). Afirmou que possui diversas comissões que poderão contribuir com a proposição de diretrizes para o CIPP e que avalia o empreendimento pelo olhar de quem está sendo impactado por ele, ou seja, pelos moradores da região.

CREA – Apresentou as respostas dadas ao questionário.

QUESTIONAMENTOS E CONSIDERAÇÕES DOS OUVINTES

Qual a posição dos órgãos diante da proposta de emancipação do Pecém?

Os órgãos não se posicionaram sobre isso e, caso sejam demandados, ouvirão a sociedade.

O Pacto pelo Pecém deverá considerar os estudos realizados pelo EIA/RIMA que foram coordenados pelo CENTEC.

O Sindicato dos Engenheiros - SENGE – mesmo não estando presente, vem querendo informações mais detalhadas sobre a demanda de mão de obra no CIPP com relação ao setor de engenharia.

A empresa Lakes Environmental representada pelo Senhor Jesse Thé disponibilizou-se em contribuir com o que estiver ao seu alcance, bastando para isso ser feita a demanda.

CONSENSOS DAS DUAS ORGANIZAÇÕES

As preocupações manifestas pelas duas organizações dentro das quatro dimensões propostas estão assemelhadas e podem ser tratadas como consensos entre estas.

Os dois órgãos vêm desenvolvendo um acompanhamento do CIPP a partir das demandas sociais e disponibilizam-se como potenciais interlocutores entre os debates e os seus representados.

Há interesse comum ainda na geração das oportunidades de trabalho e negócios para os seus representados.

Também são objetos de preocupação comum o modelo de gestão do CIPP e a adequação dos Planos Diretores.

RESUMO DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

NÚCLEO: Representação Profissional

ITEM 1 – MISSÃO DA INSTITUIÇÃO E COMO SE RELACIONA COM O CIPP

INSTITUIÇÃO	MISSÃO E RELAÇÃO COM O CIPP
CREA-CE e ABENC	<p>O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARÁ, dotado em seu conjunto de personalidade jurídica própria, de forma regional sem fins lucrativos, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades das profissões ligadas à Engenharia e à Agronomia no Estado do Ceará, dentro de suas respectivas competências, no interesse social e humano, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, funcionando como um Sistema. Sua missão é: registrar, fiscalizar e valorizar o exercício profissional contribuindo, de forma efetiva, para o bem estar da sociedade e do desenvolvimento sustentável.</p> <p>A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS DO ESTADO CEARÁ - ABENC/CE - é uma entidade civil, organizada para fins não econômicos, e que tem por MISSÃO a defesa da sociedade, promover o aperfeiçoamento técnico-científico e o desenvolvimento cultural dos seus associados, em todo território cearense.</p> <p>Tais entidades de classe se relacionarão com o CIPP para promover o envolvimento entre o exercício profissional, incluindo sua fiscalização e formação, através de permanente aproximação entre o profissional e a Universidade, objetivando a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão e o exercício profissional.</p>
OAB	Missão de defender as prerrogativas e os direitos dos advogados e o Estado Democrático de Direito.

ITEM 2 – BENEFÍCIOS QUE VISLUMBRA

INSTITUIÇÃO	BENEFÍCIOS QUE VISLUMBRA
CREA-CE e ABENC	Elevação do prestígio e engrandecimento da profissão, promovendo o desenvolvimento da Engenharia em todos os seus campos de atuação, além do acréscimo da demanda por emprego nas fases de implantação e manutenção do CIPP e incentivo constante ao aprimoramento profissional através de métodos modernos e produtivos. A troca de conhecimento

entre os profissionais locais e estrangeiros é fator primordial para a reciclagem de nossos engenheiros.

OAB

As oportunidades de negócios e instalação de novos empreendimentos na área do CIPP fomentam a economia e por consequência expandem as possibilidades da atividade profissional dos operadores do Direito, desde a mediação de conflitos, bem como em diversos ramos deste, tais como: trabalhista, ambiental, cível, empresarial, tributário etc.

ITEM 3 – AMEAÇAS

INSTITUIÇÃO	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICAS	POLÍTICAS
CREA-CE e ABENC	<ol style="list-style-type: none"> Mudança nos costumes e tradições da população e na paisagem nativa; Redução da flora e da fauna; Riscos de contaminação dos recursos hídricos provocados pelo derramamento de óleos, graxas, produtos de limpeza, lançamento de gases e material particulado na atmosfera; Diminuição da umidade relativa do ar pelo aumento de temperatura devido à implantação de grandes projetos industriais; Redução das áreas de praias, prejudicando a população local e de turismo; Surgimento de lixões que irão impactar o meio ambiente e as 	<ol style="list-style-type: none"> Aumento de acidentes, de drogas, de prostituição e de criminalidade com a rápida elevação da concentração demográfica, feita de uma maneira desordenada; Falta de infraestrutura e de saneamento básico; Conflitos sociais com o aumento da urbanização; Adequação do sistema viário para permitir um escoamento suficiente de pessoas e produtos, bem como equacionar os setores de educação saúde e lazer; Mudança da cultura local 	<ol style="list-style-type: none"> Incerteza na implantação do CIPP na velocidade preconizada dada a crise mundial; Aumento das atividades sem infraestrutura suficiente/adequada e falta de investimentos nessa área; Ausência de planejamento para a formação e qualificação de mão de obra adequada e suficiente para suprir as demandas requeridas, atual e futura; 	<ol style="list-style-type: none"> Falta de unidade da bancada parlamentar em torno do projeto; Quanto à luta política de desenvolvimento urbano que requer investimento de grande monta para atender o forte crescimento devido aos grandes projetos, como implantação da Refinaria e Siderúrgica, dentre outros; Quando ao modelo de gestão do CIPP e das áreas do seu entorno.

<p>7. Poluição sonora;</p> <p>8. Proteção inadequada das dunas;</p> <p>9. Ausência de drenagem que poderá aumentar a erosão;</p> <p>10. Mudança nas condições de circulação das pessoas como dos animais, o que poderá provocar acidentes.</p>	<p>água subterrâneas;</p> <p>6. Ausência de informações, principalmente sobre desapropriações, questões indígenas e sobre os benefícios sociais originados pelo aumento das arrecadações municipais e estaduais.</p>	<p>4. Valorização exagerada das áreas de terras;</p> <p>elevando as tensões sociais da região;</p>
--	--	--

OAB

<p>Minimização do padrão urbanístico das áreas de interesse coletivo não as dotadas de infraestrutura adequada;</p> <p>Não potencialização do patrimônio físico e ambiental – falta de melhoramentos das condições de saneamento e ambiental;</p> <p>Falta de proteção e desvalorização do ambiente natural e artificial.</p> <p>Poluições: sonora, ar (elevação da temperatura local, poluição decorrente da queima de carvão, do aumento do tráfego de veículos etc.), poluição dos recursos hídricos.</p> <p>Falta de infraestrutura adequada – Ex. descarte dos resíduos industriais</p>	<p>Comprometimento das condições de uso da área de influência direta e indireta do CIPP a partir da redução dos serviços de segurança, educação, habitação e saúde, considerando a demanda gerada por grandes fluxos.</p>	<p>Falta de investimento para capacitação ou qualificação da mão de obra local para atuação nos segmentos dos atores locais envolvidos na cadeia produtiva;</p> <p>Não oferecimento de serviços de qualidade e bem estruturados;</p> <p>Redução drástica da oferta de empregos durante a fase de operação dos empreendimentos;</p> <p>Redução local do potencial turístico. Especulação imobiliária que gera o êxodo da</p>	<p>Risco da não consolidação de um modelo de gestão que contemple a participação desenvolvimento da área, não gerando novas formas de responsabilidades e parcerias.</p>
--	---	---	--

população local;

ITEM 4 – COMO VEM SE ORGANIZANDO

INSTITUIÇÃO	COMO VEM SE ORGANIZANDO
CREA-CE e ABENC	Já executam palestras e cursos de reciclagem aos profissionais do terceiro grau na área de engenharia, bem como discutem e propõem soluções nos seguimentos de infraestrutura e superestrutura rodoviária e ferroviária, de drenagem e contenção, como na área das estruturas de concreto e suas patologias.
OAB	Promoção de maior envolvimento da Comissão de Direito Ambiental e de outras comissões, a exemplo da Comissão Trabalhista e da Comissão de Sindicatos da OAB/CE para uma atuação mais efetiva nas proposições de soluções e de ideias para uma melhor gestão no CIPP.

ITEM 5 – CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	CONTRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO
CREA-CE e ABENC	<p>Tendo em vista os desafios que surgirão durante a implantação e manutenção do empreendimento (CIPP), as instituições já vêm e continuarão atuando no desenvolvimento através de tópicos, como exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none">- pugna por uma presença efetiva da profissão, junto aos poderes públicos, e nos programas de desenvolvimento do País, especialmente do Estado do Ceará, em todas as tarefas que envolvam o estudo e o projeto referentes à atuação no meio ambiente;- representam a Engenharia brasileira e o pensamento dos engenheiros do Ceará junto aos poderes públicos, órgãos paraestatais e outras entidades de classe, culturais ou técnicas, colaborando efetivamente em todos os setores de sua competência para o desenvolvimento técnico e cultural do estado, unindo-se a outras entidades nacionais de engenharia para o seu progresso e independência;- envidam esforços junto às entidades incumbidas de organizar, fiscalizar e executar o ensino, no sentido de estabelecerem currículos adequados à realidade da Engenharia e do empreendimento;- colaboram junto ao órgão fiscalizador do exercício profissional, no sentido de obter a fixação de elencos de atribuições condizentes com a real importância da modalidade de engenharia que representa;

- colaboram com as autoridades municipais, estaduais e federais, no Estado do Ceará, para o estudo e solução dos problemas relacionados com a Engenharia e necessidades de projeto;
- promovem encontros, colóquios, palestras, conferências, seminários, congressos, cursos de reciclagem, aperfeiçoamento especialização e outras reuniões, sobre assuntos que, de qualquer maneira, relacionem-se com a Engenharia;
- promovem a intensificação do intercâmbio sociocultural entre os engenheiros;
- empenham-se pela ampliação do mercado de trabalho dos engenheiros;
- divulgam o Código de Ética Profissional e exigem a sua obediência irrestrita;
- colaboram com os poderes públicos em tudo o que estiver ao seu alcance.

OAB

Inicialmente, participando de reuniões e grupos de trabalho que se proponham a definir diretrizes - com a observância da legalidade - para uma ocupação sustentável do território do CIPP.

ITEM 6 – FRAGILIDADES

INSTITUIÇÃO	FRAGILIDADES	ALTERNATIVAS PARA SUPERAÇÃO	PARCERIAS NECESSÁRIAS
CREA-CE e ABENC	Falta de mão de obra qualificada (nível superior e médio) à demanda do empreendimento.	Aumentar o número de cursos até adequar a necessidade da demanda.	Elevar a participação das instituições de ensino e criar novas para atender as necessidades da demanda
	Insuficiência de recursos financeiros para adequar a infraestrutura para suportar as necessidades do CIPP.	Ação política para a consecução dos recursos necessários.	União entre as três esferas dos poderes Federal, Estadual e Municipal mais a iniciativa privada.
	Projetos insuficientes ou inexistentes que atendam as reais necessidades.	Elaboração de novos projetos, após debates.	Parceria entre os órgãos públicos e empresas privadas.
	De maneira geral, deve haver a instituição de um Plano Diretor do CIPP, em que todas as necessidades básicas sejam contempladas e articuladas para o empreendimento funcionar a contento e de maneira produtiva, competitiva e		

sustentável. Equipamentos como sistema de saneamento, hospitais, bancos, delegacias, instituições de ensino, oficinas mecânicas, postos de gasolina, áreas de lazer, sistema viário, shopping, supermercados entre outros devem ser planejados.

OAB	Profissionais são voluntários com reduzida disponibilidade de tempo para acompanhamento da realidade e magnitude do CIPP; Pouco envolvimento dos estagiários das comissões da OAB/CE com projetos do CIPP.	Criação da participação efetiva por meio de projetos; Criação de projetos com inserção de voluntários estagiários das Comissões da OAB/CE	Parceria OAB/CE e Universidade / empresas.
------------	--	--	--

ITEM 7 – VISÃO DA GESTÃO FUTURA

INSTITUIÇÃO	VISÃO DE GESTÃO
CREA-CE e ABENC	<p>- Uma alternativa de gestão seria através de uma empresa de economia mista composta pelos dois municípios, Estado do Ceará e iniciativa privada. Teria um Conselho de Administração isento de interferências externas para poder gerir os problemas do CIPP de uma maneira objetiva e autônoma, sem influências políticas.</p> <p>A empresa teria a preocupação, além do gerenciamento e da sustentabilidade, com o crescimento econômico, com o desenvolvimento social, com a preservação do meio ambiente e com a logística, usando para tal todos os meios possíveis, inclusive o máximo aproveitamento da população local. Há que haver uma profunda articulação e "marcos regulatórios" entre os agentes envolvidos (governo, municípios e empresas estatais e privadas).</p>

OAB	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecendo a capacidade institucional dos municípios para a gestão urbana e ambiental; ✓ Implementando os planos diretores municipais;
------------	---

- ✓ Garantindo:
 - a) Os espaços ordenados para os empreendimentos de forma complementar e integrada, desenvolvendo as vocações locais;
 - b) Implementação de ações para uma convivência harmônica entre o fluxo turístico e fluxo de carga industrial e portuária;
 - c) Fiscalização e regulação dos novos projetos para que estes atendam aos padrões mínimos de conforto e segurança de circulação de veículos e pedestres;
 - d) Articulação e comunicação entre as diversas secretarias do Estado do Ceará, integrando planejamento e ações em execução ou a serem executadas;
 - e) Transparência e informação segura para atender as demandas populacionais e produtivas;
 - f) Cumprimento, por parte do poder público, de todos os acordos porventura realizados;
 - g) Indenização justa e prévia das áreas desapropriadas pertencentes a particulares.

ITEM 8 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

INSTITUIÇÃO	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
CREA-CE e ABENC	<p>Considerando a magnitude do CIPP que influenciará os desenvolvimentos dos municípios de São Gonçalo, Caucaia, Fortaleza e o Estado do Ceará, que formam a sua área de maior influência, com mais ênfase, haverá efeitos nos estados da Região Nordeste. São preocupantes alguns aspectos, como:</p> <ul style="list-style-type: none">1 – Viabilização da mobilidade de pessoal que trabalhe no CIPP e more na Região Metropolitana de Fortaleza através de:<ul style="list-style-type: none">- Transporte ferroviário, aproveitando as linhas férreas já existentes (VLT - Veículo leve sobre trilhos);- Transporte através de barcaças entre o Porto do Mucuripe e o Porto do Pecém;2 – Analisar, entre as empresas estruturantes a serem instaladas no CIPP, tipos de doenças profissionais a serem monitoradas e controladas preventivamente;3 – Acelerar a implantação da Plataforma Multimodal de Cargas já prevista no Plano Diretor do CIPP, para desafogar as operações de

logísticas hoje desenvolvidas no Terminal Portuário;

4 – Monitorar e acelerar ações para construção da nova Ferrovia Transnordestina no Estado do Ceará (a respeito do assunto ver a carta enviada pelos Clubes de Engenharia do Nordeste à Presidente Dilma, em anexo por cópia);

5 – Verificar o real potencial de grãos e de minério de ferro a serem exportados através do Porto do Pecém, de maneira a adequar suas instalações atuais às novas necessidades. Esses produtos deverão ser transportados através da Ferrovia Transnordestina do sul do Piauí e do Maranhão.

6 – Monitorar e urgenciar a construção do Ramal Ferroviário, ligando Nova Russas – Quixeramobim, cujo projeto básico está em elaboração sob a supervisão da SEINFRA, que viabilizará o abastecimento de fundentes via ferroviária e a movimentação de cargas do Projeto Itataia para produção de fosfato, entre o Pecém e Itataia, num montante de mais de dois milhões de toneladas anuais.

CREA-CE e ABENC

7 – Criar corredores ferroviários de exportação e importação de cargas através do Porto do Pecém, com a restauração da malha de bitola métrica e implantação de Plataformas Multimodais de Cargas localizadas uma em Missão Velha, outra em Sobral e a outra no Pecém.

8 – Elaborar mapas geológicos diferenciados do CIPP com o tema: Parâmetros geotécnicos para os contextos geológicos existentes, o que facilitará para os próximos investidores;

9 – Criar mapas hidrogeológicos do CIPP, o que norteará os sítios mais adequados para captação de água subterrânea e racionalizará as escolhas de eventuais áreas para lançamento de efluentes;

10 – Agrupar em mapa as áreas com títulos minerários outorgados pelo DNPM, visando compatibilizar interesses contrários junto àquele Departamento do MME.

OAB

Traçar diretrizes para a organização do território do CIPP e a respectiva organização da infraestrutura da área do entorno. Afigura-se que até o presente momento o poder público reporta-se à área do CIPP como um complexo industrial desatrelado de um planejamento de infraestrutura nos municípios que, direta e indiretamente, sejam impactados com o esperado adensamento populacional que está sendo atraído pelas oportunidades sinalizadas pelo empreendimento – Exemplo: planejamento de moradias, unidades hospitalares, entretenimento etc.